

Desafios em C&T para um novo governo

Universidades e institutos de pesquisa precisam de critérios no volume e repasse de recursos

ENNIO CANDOTTI

*"O país precisa calma
De muita reflexão;
Sejam prudentes, honestos,
Andem quietinhos, sozinhos;
É melhor andar sozinho
Do que mal acompanhado."
Murilo Mendes in O Neto do
Marquês de Maricá*

Autonomia — Estabelecidos critérios de estabilidade no volume e repasse dos recursos, deve ser dada às universidades e aos institutos de pesquisa plena autonomia no seu uso — seja para salários, pesquisa, ensino, infra-estrutura, etc., —, permitindo mesmo que planos de cargos e salários sejam estabelecidos em cada instituição.

Em contrapartida, abrem-se a universidade e os institutos para maior participação nos colegiados superiores a outros segmentos da sociedade e se determina rigoroso sistema de avaliação por comissões internas e externas à instituição.

Institutos tecnológicos — Não é mais possível insistir no modelo de institutos que desenvolvem tecnologia sem levar em consideração sua

efetiva utilização. A demanda por aplicações em programas sociais, de agricultura ou indústria, deve orientar a nova política.

Sistema de C&T — A centralização burocrática e decisória do sistema impede a exploração de oportunidades e recursos econômicos existentes nos diferentes centros do País. A Constituição de 88, ao permitir a vinculação de recursos para o fomento de C&T nos Estados, possibilitou efetiva descentralização do sistema. Criaram-se, mas ainda não se consolidaram, FAPs (fundações de amparo à pesquisa) em quase todos os Estados. A presença dessas novas instituições provocou intenso debate sobre as prioridades para o desenvolvimento social e econômico regional e o controle da qualidade científica dos projetos. Deverá ser dada prioridade para os projetos finalizados ou para os projetos espontaneamente apresentados?

Sociedade — Resultados e responsabilidade são cobranças permanentes à área científica. Multiplicar os grãos melhorando as sementes, no entanto, não é suficiente para matar a fome de todos. Mas a fome seria maior se as pesquisas fossem interrompidas. Até o momento, o resultado maior do sistema de C&T foi o de formar quadros competentes. Mas esses ainda são muito poucos para as dimensões do País e da economia. É preciso multiplicá-los.

Cientistas — Nos últimos anos,

amadureceu a proposta de criar um sistema de laboratórios associados, para reerguer o sistema de pesquisas abalado por anos de instabilidade econômica e recursos limitados. Entende-se por laboratório associado um grupo de pesquisadores de alta qualificação, seus equipamentos e instalações. A esses grupos seria oferecido apoio por período de quatro anos, estável. Após rigorosa avaliação o apoio poderia ser renovado. Esses laboratórios teriam o compromisso de formar novos grupos em centros periféricos.

Governo — Investimentos diretos e indiretos em C&T ocorrem nos mais diversos ministérios sendo orientados para áreas, regiões e objetivos, segundo critérios próprios e nunca coordenados. Falta uma política e um Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, semelhante ao Conselho Monetário, capaz de estabelecer prioridades e metas e reduzir a insana dispersão de recursos que caracteriza a área de C&T.

Meio ambiente — As definições das políticas (e ações) nessa área têm ficado muito distante das universidades e a continuidade é prejudicada. Há excesso de ONGs e escassez de instituições de pesquisa científica na política de meio ambiente. fator humano, que deveria ser central, muitas vezes é esquecido. As políticas de educação, cultura, ciência e ambiente devem se aproximar.

Nuclear — A história de Angra

dos Reis não termina. Centenas de milhões de dólares em equipamentos jazem nos armazéns. Os custos da indefinição são muito elevados. Juros e aluguéis também. O equilíbrio da rede de distribuição elétrica na região está comprometido. A solução é urgente. Sim ou não. A Marinha realizou bem sucedido programa nuclear paralelo. Exército e Aeronáutica também querem um. Pouco fizeram. Continuaremos a usar dinheiro para fazer de conta? A Comissão de Energia Nuclear ainda acumula as funções de fiscalização, promoção e realização dos projetos nessa área. É preciso separar a fiscalização das outras duas. E a própria especialização nuclear tem hoje pouco sentido. A energia ganhou novas fontes que décadas atrás eram apenas imaginadas.

Espaço — As relações entre os interesses militares e civis na área espacial não estão claras. Criou-se uma Agência Espacial civil que ainda não garante aos civis o controle e as decisões na política espacial. Os erros comuns no passado de buscar graus de autonomia superiores aos recursos e competências disponíveis

podem ser repetidos, e muitos recursos humanos e materiais perdidos novamente. As indefinições favorecem apenas os desempenhos medíocres.

Educação — As universidades têm a responsabilidade de formar os professores e também, periodicamente, de promover sua reciclagem. Esse papel deve ser ampliado, muito, para que seja possível superar a calamitosa situação da educação no País. As instituições de pesquisa

não promovem a divulgação da ciência e sua difusão junto ao grande público através de atividades de extensão, museus, centros de ciências, feiras, televisão, publicações etc. O povo está distante, muito distante da ciência.

Os jovens — O programa de formação de recursos humanos nunca foi devidamente avaliado.

Distribuem-se 60 mil bolsas entre os programas do CNPq e Capes. A escassez de quadros especializados recomenda até mesmo sua ampliação. É preciso, no entanto, definir parâmetros de acompanhamento, avaliação e, sobretudo, estabelecer parâmetros de longo prazo para a absorção dos téc-

nicos e pesquisadores formados. Isso significa também que as bolsas não podem ser dadas apenas atendendo a demanda espontânea por aperfeiçoamento, mestrados ou doutorado, mas principalmente estabelecendo metas e programas de desenvolvimento científico e tecnológico em que deveremos concentrar nossas forças nas próximas décadas.

■ Ennio Candotti, professor do Instituto de Física da UFRJ, foi presidente da SBPC

RESUMO

■ Universidades e institutos de pesquisa devem ter plena autonomia para aplicação de seus recursos.

■ O desenvolvimento de tecnologia deve considerar sua efetiva utilização.

■ É necessário formar mais quadros competentes na área tecnológica.

■ É preciso reduzir a dispersão de recursos. Isso se fará com a criação de uma política e um Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, semelhante ao Conselho Monetário.